

Cascavel, 25 de março de 2020.

Referência: Processo nº 000202/2020

Pregão Eletrônico 008/2020 – UNIOESTE/HUOP

Pregão Eletrônico, do tipo Menor preço Por item, objetivando o registro de preços de embalagens de copa e cozinha para consumo frequente no Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP.

Ementa: *Análise de pedido de impugnação em face do prazo de entrega do objeto.*

I - DOS FATOS

Trata-se de pedido de *impugnação* enviado pela empresa **LICERI COMERCIO DE PRODUTOS EM GERAL LTDA ME**, CNPJ nº 26.950.671/0001-07, na licitação cujo objeto é o Pregão Eletrônico, do tipo Menor preço Por item, objetivando o registro de preços de embalagens de copa e cozinha para consumo frequente no Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP.

A empresa alega:

“O edital do Pregão Eletrônico estabelece prazo de entrega de 05 (cinco) dias após o recebimento da Nota de Empenho, entretanto, essa exigência restringe a participação de vários licitantes, já que não terão prazo suficiente para compra dos materiais e posterior envio ao cliente.

Também podemos considerá-la ilegal de acordo com o § 1o, inciso I, do art. 3, da Lei no 8666/93, é vedado aos agentes públicos: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede

ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato; (Grifo nosso).

A licitação trata-se de REGISTRO DE PREÇOS, com validade para 12 (doze) meses, desta

forma inviável um fornecedor manter estocadas a totalidade da quantidade exigida na licitação,

sem saber quanto e se o órgão irá adquirir.

Neste sentido, é muito difícil que uma empresa que não se encontra localizada perto do

órgão licitante consiga efetuar a compra e transportar os materiais num prazo de 15 (quinze) dias.

...

Assim, no edital há que constar um prazo muito superior ao estipulado, devendo ser o de

entrega de pelo menos 30 (trinta) dias para que fique um prazo acessível para todas as empresas.”

II - DO PEDIDO!

A empresa requer que:

“a) Conhecer da presente impugnação, uma vez que atende aos requisitos de

admissibilidade estabelecidos na Lei no 8.666/93, para no mérito, considerá-la

procedente;

b) Pelo exposto, pelo embasado e cristalinamente comprovado, requer-se a alteração do

prazo de entrega de 05 (cinco) dias para no mínimo 30 (trinta) dias.

c) Requer também que o edital seja republicado e feito as alterações necessárias com

nova data a ser publicada.”

Estes são os fatos apresentados.

Relatados. Passa-se a decidir:

O pedido foi enviado para análise da equipe técnica, da qual é a competência para responder tecnicamente sobre os questionamentos pela ora impugnante levantados, informando que:

“Preliminarmente cumpre salientar que a definição do prazo para entrega de produtos é uma discricionariedade da Administração e esta o determinará conforme sua necessidade, levando em conta a prática do mercado, visando sempre o interesse público.

Não há dispositivo legal que determine prazo mínimo para entrega de produtos.

O prazo de 5 dias úteis para entrega de embalagens e utensílios de cozinha é prática deste setor (SND) que vem sendo considerada há vários anos, mostrando-se compatível com a realidade do mercado para o volume de produtos a serem entregues.

De modo que não parece coerente que a Administração se molde à logística de entrega de um determinado fornecedor, quando o mercado atual se mostra devidamente capaz de atender ao solicitado no edital.

Tendo em vista o interesse público e os critérios usados pela Administração para estipulação do prazo de entrega, ficam mantidos os termos do edital.”

III – CONCLUSÃO

Tendo em vista o disposto pela equipe técnica, informamos que o edital será mantido sem alterações.

Diante do exposto, recebo a presente impugnação, por ser tempestiva, mas nego-lhe seguimento indeferindo os pedidos pugnados, por ausência de motivos sólidos e justos capazes de invalidar o certame.

Atenciosamente,


Karine D. Byhain Souza

Assessora de Licitação

Verônica Zanchettin

Pregoeira